



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Desª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Junho de 2023
Data da Publicação:	18/07/2023

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Jun
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	78.176.181,92
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	0,00
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	0,00
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	-
TOTAL		78.176.181,92

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	0,00
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	12.641.497,97
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	36.807,69
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	720.290,49
II-F	Passagens e despesas com locomoção	234.957,22
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	202.744,43
II-I	Serviços de água e esgoto	3.008,39
II-J	Serviços de energia elétrica	1.773.397,91
II-K	Serviços de telecomunicações	829.525,62
II-L	Serviços de comunicação em geral	0,00
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	2.143.154,59
II-N	serviços de limpeza e conservação	3.555.511,35
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	718.737,44
II-P	Serviços de publicidade	69.354,37
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas "n", e "o"	1.162,26
II-R	Serviços de seleção e treinamento	78.702,55
II-S	Aquisição de material de expediente	13.200,00
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	0,00
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	174.865,52
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	22.468,05
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas 's' a "w"	908.492,58
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	3.934.823,85
II-Z	demais despesas de custeio	10.851.105,50
TOTAL		38.913.807,78

Inciso III – Despesas com Investimentos		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	1.782.258,21
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	15.928.051,36
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	106.960,00
TOTAL		17.817.269,57

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
IV-B	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	115.083.635,00
V-B	Custeio ⁽³⁾	14.803.994,16
V-C	Investimento	0,00
V-D	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	129.887.629,16

Inciso VI – Receitas		Jun
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	8.834.269,78
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	4.361.482,52
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	9.880.719,63
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	13.942.486,06
	TOTAL	37.018.957,99

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - A execução Orçamentária e Financeira no SIAFEM/2022 iniciou a partir de 25/01/2022, haja vista que o SIAFEM/2022 foi liberado em 13/01/2022 e, ainda, necessitou de ajustes orçamentários em decorrência da integração do novo Sistema GRP-Thema.

(6) - Em que pese o novo Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual - Pará - SIAFE ter sido liberado para execução orçamentária e financeira em 16/01/2023, o mesmo ainda está passando por ajustes, comprometendo assim a extração de dados do mesmo. Logo, o presente relatório poderá ser retificado posteriormente.